GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

PAT: 20212700100362

RECURSO: DE OFÍCIO Nº 9348

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RECORRIDA: 2ªINSTÂNCIA/TATE/SEFIN

INTERESSADA: ARCELOMITTAL BRASIL S/A

RELATOR: MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO Nº: 93/23/2ªCÂMARA/TATE/SEFIN

VOTO DO RELATOR

A empresa já qualificada nos autos foi autuada pela acusação de embora tenha gozado do benefício de isenção do ICMS reservado à saída de mercadorias com destino à área de livre comércio de Guajará Mirim, deixou efetuar o desconto ao destinatário do valor do ICMS desonerado nas operações amparadas pelas notas fiscais relacionadas no Anexo I do corrente Auto de Infração, em violação ao previsto nota 2 do item 68 do Anexo I do RICMS/RO, vigente à época do fato gerador. Fica, portanto, sujeito à cobrança do ICMS devido naquelas operações por não ter cumprido condição essencial a fruição do benefício isencional previsto no Item 68 do Anexo I do RICMS/RO aprovado pelo Dec. 8321/98.

A infração foi capitulada no Item 68, Nota 2 do Anexo I do RICMS/RO Dec. 8321/98 c/c art. 793, § 3º, Inc. II do RICMS/RO Dec. 8321/98. A penalidade foi tipificada no art. 77, inciso IV, alínea "a", item 1 da Lei 688/96.

O Crédito Tributário está assim constituído:

Tributo: R\$27.518,53
Multa: R\$37.516,89
Juros: R\$26.608,86
A. Monetária: R\$14.166,92

Valor do Crédito Tributário: R\$ 105.811,20 (cento e cinco mil, oitocentos e onze reais e vinte centavos).

O Sujeito Passivo devidamente intimado via DET (fls.28) e apresentou Defesa Administrativa tempestiva (fls. 34/49); O Julgador Singular, através da Decisão de 1ª Instância sob o nº 2022/1/25/TATE/SEFIN (fls. 190/195), julga improcedente a ação fiscal e declara indevido o crédito tributário lançado na inicial. Sem recurso do sujeito passivo, nem Manifestação do autuante. Consta Parecer do Representante fiscal nº 44/2023, afirmando ciência do sujeito passivo do julgamento singular e apesar de não ter se manifestado, apresentou declarações de destinatários das mercadorias; Consta Relatório deste Julgador.

Em razão do Recurso de Ofício interposto, após análise das peças constitutivas deste feito, passo as seguintes considerações:

A ação fiscal foi baseada na acusação de ter deixado de efetuar o desconto ao destinatário do valor do ICMS desonerado nas operações amparadas pelas notas fiscais relacionadas no Anexo I do corrente Auto de Infração, em violação ao previsto nota 2 do item 68 do Anexo I do RICMS/RO, vigente à época do fato gerador. Fica, portanto, sujeito à cobrança do ICMS devido naquelas operações por não ter cumprido condição essencial a fruição do benefício isencional previsto no Item 68 do Anexo I do RICMS/RO aprovado pelo Dec. 8321/98.

O sujeito passivo vem aos autos alegando que o crédito tributário pretendido pelo fisco se refere a janeiro de 2016, tendo sido o lançamento ocorrido em 11/11/2021, foi alcançado pela decadência; Aduzindo que a isenção de ICMS prevista no Conv. 65/88 foi estendida às mercadorias destinadas ao município de Guajará Mirim pelo Conv. 52/92; Que o autuado não ter demonstrado o desconto no devido campo previsto na nota fiscal, compromete o princípio da verdade material, pois fora apresentado as informações, tendo sido requerido além do exigido na norma; que, em relação a multa, entendeu ser confiscatória, pois fora arbitrada acima do valor do imposto cobrado. Ao final, requereu o cancelamento do auto de infração.

O juiz singular entendeu pela improcedência da ação, em razão de entender que não faz sentido a alegação do fisco quanto a aplicabilidade do art. 173, I do CTN, pois os lançamentos ocorreram em janeiro de 2016 tendo sido as notas fiscais escrituradas no livro de saída, com a isenção que entendeu devida, enviada dentro do prazo legal, o que deveria ter sido verificado pelo fisco era a regularidade dos lançamentos. O mesmo entendimento se deu quanto ao prazo decadencial que começou a contar do mês de janeiro de 2016, encerrando em janeiro de 2021, conforme art. 150, §4º do CTN, sendo aplicado ao presente caso. Acrescentou, em sede de mérito que consta na nota fiscal o campo correto para preenchimento do ICMS desonerado, não tendo o contribuinte cumprido com a exigência legal para fruição do benefício, sendo que esta inobservância deveria ser considerada se não fosse a ocorrência da decadência, que impede o prosseguimento do auto de infração.

Da análise dos autos, ante a apresentação do Recurso de Ofício e dos elementos trazidos aos autos, bem como o Parecer do Representante Fiscal, temos que considerar o que segue:

Observa-se que das datas das notas fiscais autuadas e a correspondente declaração mensal relativa às mesmas, a presente situação, trata-se de lançamento por homologação, quando a decadência se inicia com a própria ocorrência do fato gerador que, por sua vez, consubstancia-se com a declaração mensal entregue ao Fisco, que já pode, desde a entrega, rever tais lançamentos.

CTN

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se

pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Ademais, este Tribunal já consolidou tal entendimento através do ENUNCIADO 002 – Decadência, em seu item 2 que aborda sobre os casos de homologação análogos ao presente auto de infração, senão vejamos abaixo:

ENUNCIADO 002/TATE – Decadência

Para uniformizar a aplicação do art. 150, § 4º e do art. 173, inciso I, do CTN, na análise da decadência, o Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais – TATE firmou o seguinte entendimento.

I - A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário (Súmula 622 – STJ).

II - No lançamento por homologação, quando a empresa, nos prazos estabelecidos pela legislação, prestar as informações com a declaração das operações e dos respectivos débitos, quando devidos, a contagem inicia-se com a ocorrência do fato gerador, considerandos e o período mensal.

Dessa forma, em que pese o sujeito passivo tenha tentado fazer prova das suas alegações para rebater o mérito da questão, juntando Declarações dos contribuintes que atestam recebimento das mercadorias com desconto, para fins de provar a fruição do benefício de isenção, bem como, já devidamente rebatido pelo Julgador Singular, que houve a inobservância do campo próprio para descrição do ICMS desonerado, que balizaria a conduta infracional do sujeito passivo, vejo que não é necessário discorrer sobre o mérito da questão, em razão da constatação da decadência, cuja ocorrência macula o auto de infração já em sede de Preliminares, não merecendo alongar-se sobre questões já pacificadas.

Ante o exposto, acompanho o julgamento singular, para considerar insubsistente a acusação fiscal, devendo ser mantida o Julgamento de 1ª Instância em seus integrais fundamentos.

Por todo o exposto, e mais que dos autos constam, **CONHEÇO DO RECURSO DE OFÍCIO** interposto para **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, devendo ser mantida a Decisão Singular de **IMPROCEDENTE** o auto de infração.

É O VOTO.

Porto Velho, 3 de dezembro de 2024.

MANOEL RIBEIRO DE MATOS JUNIOR
Julgador/Relator da 2ª Inst/TATE/SEFIN

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20212700100362 - E-PAT: 009.348
RECURSO : DE OFÍCIO Nº 09.348
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : ARCELORMITTAL BRASIL S/A
RELATOR : MANOEL RIBEIRO DE MATOS JUNIOR

ACÓRDÃO Nº 0215/2024/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN.

EMENTA : **ICMS/MULTA – DEIXAR DE EFETUAR O DESCONTO AO DESTINATÁRIO - SAÍDAS BENEFICIADAS POR ISENÇÃO DO ICMS NO PERÍODO EXERCÍCIO DE 2016 – DECADÊNCIA** - Restou configurado ocorrência da decadência sobre as notas fiscais autuadas e a correspondente declaração mensal relativa às mesmas. Trata-se de lançamento por homologação, quando a decadência se inicia com a própria ocorrência do fato gerador a contar do mês de janeiro de 2016, encerrando em janeiro de 2021, conforme art. 150, §4º do CTN. Mantida a decisão monocrática que julgou improcedente o auto de infração. Recurso de ofício Improvido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer do recurso interposto para negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeira Instância que julgou **IMPROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Manoel Ribeiro de Matos Júnior, acompanhado dos Julgadores Reinaldo do Nascimento Silva, Amarildo Ibiapina Alvarenga e Juarez Barreto Macedo Júnior.

TATE, Sala de Sessões, 03 de dezembro de 2024.

Fabião Emanuel F. Caetano
Presidente

Manoel Ribeiro de Matos Júnior
Julgador/Relator